

Os modelos ocidentais de sociedade civil em questão

Chris Hann and Elizabeth Dunn (eds.). **Civil Society. Challenging Western Models**. Routledge, 1996, 248 p. (Contém index e bibliografia específica por artigo). Preço: US\$ 40.00

Marco Antônio Acco ¹

O debate sobre o papel da sociedade civil na configuração dos processos políticos e das instituições nas sociedades contemporâneas tem se constituído num dos mais profícuos e desafiantes das ciências humanas nas últimas três décadas. O crescente interesse pelo tema está associado basicamente à conjugação de pelo menos dois movimentos, notoriamente interligados: de um lado, a surpreendente participação dos movimentos sociais, atuando numa miríade de agendas e formatos institucionais nos processos de redemocratização em andamento em diferentes contextos, particularmente no Leste Europeu, na Ásia e na América Latina; de outro, a renovação e o revigoramento da teoria democrática, com o desenvolvimento de novos argumentos e construtos teóricos que tendem a contrapor-se ao paradigma do elitismo democrático dominante, ao mesmo tempo em que procuram ter uma percepção mais ampliada sobre os significados da participação política dos indivíduos e de organizações da sociedade civil na determinação dos assuntos de interesse público. A tarefa, portanto, de compreender o que é, como se constitui, o seu papel nos processos de transição, sua composição, seus objetivos, os dilemas suscitados por sua participação, sua capacidade e seu espaço de ação, as transformações por que tem passado, suas relações com as demais formas de associação e representação, em particular, sua relação com o Estado, seu papel no desen-

¹ Doutorando em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi integrante do Programa de Formação do Centro Brasileiro de Pesquisa (CEBRAP) e Coordenador de Pesquisas e da Biblioteca da ENAP.

dos tipos de associações e de regimes de cidadania. A noção de sociedade civil na Rússia (*grazhdanskoe obshchestvo*), por exemplo, em contraste com a noção de *bürgerliche Gesellschaft* ocidental na qual convivem as noções de *cidadão* e de *burguês*, utilizada por autores como Hegel e Marx, converte-se na Rússia em “sociedade cidadã”, que tende a conotar o mundo dos direitos sociais e civis estabelecidos por leis, usufruído pelas pessoas na sua vida cotidiana. A noção de *demokratiia* assume nas áreas rurais da Rússia uma conotação ainda mais distinta da ocidental: por ter sido associada às reformas orientadas ao mercado comandadas pelo presidente Yeltsin, este termo tende a ser interpretado pejorativamente como provocador do caos ou associado aos comportamentos mais gananciosos do individualismo, exemplificado pelos jovens fazendeiros que pretendem transformar fazendas coletivas em propriedade individual, o mercado negro da vodka, o roubo de petróleo, ou ainda, o movimento pela “liberalização” da caça na Sibéria. As categorias com que tradicionalmente os teóricos ocidentais costumam interpretar as diferentes realidades apresentam, portanto, sentidos bastante distintos nos diferentes contextos, em particular naqueles marcados por experiências comunistas. A sua utilização nestes contextos deve ser feita, portanto, com muito zelo, já que podem deixar de levar em consideração (por presumirem um sentido já dado) exatamente o que é mais relevante.

Sob este aspecto, o debate estabelecido pelo autor com as concepções de Arato e Cohen sobre a questão da sociedade civil nas páginas finais do artigo é muito significativo. O complexo arranjo teórico desenvolvido por Arato e Cohen, no qual se deve mover com maestria por “três esferas, dois reinos, três sociedades, dois subsistemas e por um número indeterminado de mediações” (Anderson: 113.), é constituído com base numa concepção tradicional de sociedade civil burguesa, pouco adequado a compreender a sociedade russa, já que esta abordagem insiste em manter separados os sistemas economia e Estado e o mundo da vida, ao mesmo tempo em que prescreve instituições calcadas no mercado liberal com única alternativa possível para o Leste (vide Arato e Cohen 1992:489-91, Apud: Anderson, op. cit. p. 113). A ausência de uma

volvimento social, entre outras questões, tem colocado a reflexão sobre a sociedade civil no centro do debate político recente.

No âmbito das ciências sociais, o debate recente sobre o tema tem sido marcado pela influência de intelectuais como Quentin Skinner, Hannah Arendt, Pocok, Philip Pettit, Charles Taylor, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, que, com significativas distinções entre si, podem ser identificados como autores mais próximos à tradição de pensamento do *republicanismo cívico*, pelas abordagens *liberais* desenvolvidas por autores com Jonh Raws, Charles Larmore e Bruce Ackerman, e pelas contribuições que vieram na esteira da obra de Jürgen Habermas, desenvolvidas por ele próprio e por alguns de seus seguidores e críticos, como Andrew Arato, Joshua Cohen, Seyla Benhabib, Nancy Fraser, Craig Calhoun, James Bohman, entre outros, que tematizaram a sociedade civil com referência a conceitos como *esfera pública* e *democracia procedural* ou *democracia deliberativa*.

Em decorrência da formação intelectual e das estratégias metodológicas e de exposição desenvolvidas por estes autores, o debate sobre a sociedade civil tem sido até agora hegemônico por enfoques provenientes majoritariamente da filosofia, da teoria política, da história e da Sociologia, com a quase ausência de contribuições provenientes da Antropologia Política. O livro editado por Chris Hann e Elizabeth Dunn, *Civil Society: Challenging Western Models* (Routledge, 1996, 248 p.) ao mesmo tempo em que reconhece esta lacuna, procura lançar as bases para uma agenda de pesquisas sobre a sociedade civil, ressaltando as amplas oportunidades para o desenvolvimento de leituras sobre o tema a partir do enfoque da Antropologia Política. Esta subdisciplina, argumenta o professor de Antropologia Social, da Kent University (UK), Chris Hann em seu artigo introdutório, tem se pautado por um constante diálogo crítico com a teoria política ocidental, como demonstram os estudos de Fortes e Evans-Pritchard (1940) e Geertz (1980) sobre o aparecimento e a evolução dos Estados e a classificação das formas de organização política – a partir da classificação básica entre sociedades com e sem Estado. Do mesmo modo que o debate sobre o Estado, a noção de sociedade civil também foi profundamente influenciada pela teoria política ocidental, traduzindo-se

numa interpretação dominante que tende a concebê-la como um vasto conjunto de atividades associativas fora e, como tem sido geralmente interpretadas, contra o Estado. O viés etnocêntrico desta noção dominante constituiria uma das principais razões de a Antropologia Política não ter se envolvido nos debates sobre a sociedade civil até o momento (Hann, op. cit. 21).

Esta noção de sociedade civil como uma instância nitidamente distinta do Estado fundamenta-se na evolução da concepção de que as formas plurais de associação humana são constituídas por indivíduos iguais, autônomos, racionais e detentores de direitos inalienáveis. A noção de sociedade civil tem sido, pois, marcada por esta noção de que seus construtos são fundamentados em indivíduos autônomos racionais, de onde o corolário lógico das escolhas racionais emerge quase que naturalmente. Segundo Hann, esta “empobrecida compreensão das relações sociais”, que marcou o discurso intelectual ocidental de autores como Kant, Adam Smith e Tocqueville, teria decorrido, por sua vez, de uma subsunção entre as relações econômicas e a sociedade civil, compreendidas como uma esfera privada, em oposição ao Estado. O próprio Marx teria acompanhado Smith neste aspecto, e considerado a sociedade civil como uma forma de sociabilidade oriunda primariamente da interação econômica mediada pelo mercado. A diferença substancial de Marx em relação a Smith, ressalta Hann, é que, para o primeiro, a aparente liberdade que os indivíduos (burgueses) usufruem nas associações civis serve apenas para encobrir profundas desigualdades e expropriações de classe (Hann, op. cit. p. 5). Mais recentemente, o esquema tripartite formulado por Arato e Cohen (1992), fortemente inspirado na teoria social de Habermas, teria igualmente distinguido rigidamente a sociedade civil (entendida como as instituições de reprodução do mundo da vida) dos subsistemas mercado e Estado. Tal concepção seria apenas uma versão atualizada da concepção tradicional. O principal problema detectado por Chris Hann é que nenhuma destas abordagens teria deixado espaço para a investigação de formas alternativas de relações sociais que não as padronizadas pelo modelo liberal-individualista ocidental de rígida separação entre sociedade civil e Estado.

A crítica fundamental ao modelo de sociedade civil caracterizada como um conjunto homogêneo de organizações constituídas por indivíduos autônomos associados contra o Estado, e que constitui o cerne do projeto de *Civil Society: Challenging Western Models*, encontra paralelos interessantes nas leituras críticas que a concepção habermasiana tem recebido, por exemplo, de autores como Nancy Frazer 1996, Craig Calhoun 1996 e Chantal Mouffe 1999, para citar apenas alguns. Como é conhecido, Habermas tem refletido sobre a temática da constituição de esferas públicas como espaços de intervenção de um determinado tipo de sociedade civil desde a sua tese de livre-docência, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984, publicado originalmente em 1961), em que reflete sobre o surgimento da esfera pública burguesa no século XVIII, tendo reelaborado suas reflexões sobre o tema nos seus livros e artigos posteriores (1987, 1996a, 1996b, 1999). Aspecto central da leitura habermasiana é a concepção de que a esfera pública é constituída por indivíduos reunidos em um público, que reivindicam este espaço comum regulamentado pela autoridade estatal, embora contrários à autoridade estatal (monarquias absolutistas), visando debater as regras gerais do funcionamento da sociedade capitalista emergente (Habermas 1984:42). A partir da ‘historiografia revisionista’ suscitada pela concepção de Habermas, Nancy Frazer (op. cit.), por exemplo, ressalta que este autor idealiza a esfera pública liberal: a despeito da retórica da publicidade e do livre acesso de seus integrantes, ela teria sido constituída, de fato, por um número expressivo de exclusões de classe, de gênero e de etnias, principalmente. Os indivíduos são tratados retoricamente *como se* fossem iguais, embora exclusões mais ou menos explícitas impedissem o livre acesso. Ademais, antes de constituir um espaço de livre acesso para o debate público de questões de interesse geral, a esfera pública liberal teria proporcionado a base de recrutamento e de treinamento para que um estrato de homens se preparasse para governar. Mais ainda, a leitura de Habermas, por centrar-se exclusivamente na interpretação “padrão” de sociedade civil, falha ao examinar esferas públicas concorrentes, que emergem em constante conflito com a esfera pública liberal (Frazer, op. cit. p. 114-5). Craig Calhoun

(op. cit), por sua vez, considera que a ênfase que Habermas dá no seu *Mudança estrutural* à formação de identidades como um processo essencialmente ligado à esfera privada, à esfera íntima da família, traz impedimentos para a sua teoria social compreender devidamente formas de *identidade política*, como os interesses políticos estabelecidos pelo movimento sindical, ou, principalmente, pelo nacionalismo. Uma das características relevantes das identidades políticas, segundo Calhoun, é que elas turvam as fronteiras entre as esferas pública e privada, tanto na forma como elas são internalizadas individualmente e assumidas externamente, quanto na forma como elas perpassam várias dimensões da vida social, não ficando restritas tão-somente seja à esfera privada, seja ao mundo da vida.

As críticas ao modelo habermasiano rapidamente delimitadas acima, afora outras não mencionadas, poderiam ser compartilhadas e, ao que parece, são complementadas pelas análises desenvolvidas nos doze artigos que compõem *Challenging Western Models*. A ênfase dada pelo viés antropológico das abordagens tende a enfatizar como é que diferentes noções de sociedade civil são constituídas por comunidades morais em diferentes contextos: já que os problemas de *accountability*, confiança e cooperação perpassam todas as formas de comunidade e associação humana, é possível que as comunidades *construam suas próprias versões de sociedade civil*, ou de civilização (Hann, op. cit. p. 20). O projeto desenvolvido pelo livro, a despeito da não uniformidade de perspectivas entre os seus autores, procura, portanto, romper com a dicotomia simplista da sociedade civil contra o Estado, cuja abordagem extrema é observada na grande maioria das análises feitas dos processos de ruptura dos regimes comunistas do Leste Europeu que tenderam a conceber a sociedade civil como um “slogan, reificada como uma coletividade homogênea, a combater um estado demoníaco” (p. 8). Diferentemente, a perspectiva antropológica dos estudos desenvolvida no livro procura focar aspectos associados aos valores, idéias, práticas e instituições específicas (mesmo aquelas que à primeira vista possam parecer banais às demais disciplinas), que constituem as formas de cooperação, confiança e reciprocidade de todas as comunidades humanas. A própria noção, ou melhor, as noções de socieda-

de civil que emergem dos estudos etnográficos apresentados é muito mais abrangente, já que aspectos culturais, religiosos, ideológicos, étnicos, políticos, de gênero, entre outros, integram na composição de padrões diferenciados de sociedade civil e de esferas públicas.

Assim, só para tomar uma frente bastante clara em que as rígidas fronteiras que tradicionalmente organizaram o pensamento político ocidental são questionadas, diversos artigos que compõem o livro destacam a complementaridade entre formas de manifestação religiosa, a constituição da sociedade civil e as posturas com relação ao Estado. Como o que se está buscando investigar são as idéias, valores e práticas que alicerçam as formas de associação humana com vista a interesses comuns numa comunidade (e não a um universal improvável), não há razão plausível para se deixar de abordar as formas de manifestação religiosas na constituição das sociedades civis. Como nos recorda Mouffe 1999, os indivíduos não deixam suas crenças religiosas, ideológicas, políticas etc. do lado de fora ao adentrarem espaços públicos, antes, pelo contrário, tais espaços são eles próprios moldados por normas já impregnadas por valores concorrentes.

O artigo de Elizabeth Dunn aborda esta questão ao estudar o sistema moral de interação praticado pelos integrantes da igreja Mórmon nos Estados Unidos. A autora demonstra que, a despeito de os mórmons estarem inseridos numa sociedade sobejamente orientada por valores individualistas e capitalistas – com os quais, em essência, eles concordam – as doutrinas morais seguidas pelos mórmons permitem criar um ambiente onde, em certos contextos, o auto-interesse é negado e os indivíduos tornam-se menos relevantes como atores sociais. O código moral construído pelos mórmons tem por base uma rígida concepção de família (que tende a mesclar-se com a própria noção de igreja), e de auxílio mútuo entre os mórmons, articulado por um sistema de reciprocidade de doações que envolve todos os integrantes da igreja. Pobres e ricos têm a obrigação moral de fazer doações (de alimentos, dinheiro ou trabalho), sendo o *labour*, que pode consistir em trabalho comunitário, atendimento de idosos, crianças ou doentes ou a preparação de alimentos, uma atividade intrans-

ferível; não se pode pagar para outros o fazerem, nem se pode trocar o *labour* por outro tipo de doação. Este código moral permite a constituição de uma “sociedade civil” (as aspas são da própria autora do artigo) que, no caso dos mórmons, tende a refutar as formas convencionais de intervenção estatal, já que a concepção vigente entre eles é a de que a sua forma de auxílio mútuo é mais efetiva e socialmente responsável do que as práticas do estado de bem-estar norte-americano, já que estas não estão inscritas em nenhum código de reciprocidade comunitária.

O artigo de Peter Loizos, professor de Antropologia social da London School, também aborda o tema da sociedade civil num país ocidental, a Inglaterra dos anos 1980-90, marcada pela experiência de desmonte do estado “paternalista” comandada por sucessivos governos conservadores. Seu artigo procura refletir sobre os elementos que tendem a moldar as percepções que as pessoas constroem sobre a evolução da qualidade de vida (sua e a de sua coletividade) e que são fundamentais para compreender as suas ações políticas. Considerando a importância que a percepção sobre a qualidade de vida exerce sobre as motivações políticas, como então elas são construídas pelas pessoas comuns? Além do problema de estabelecer quais “variáveis” são relevantes na composição do que consideramos qualidade de vida, Loizos lembra-nos como é difícil para nós, simples cidadãos, construirmos percepções fundamentadas sobre a evolução da qualidade de vida, a nossa e, ainda mais difícil, a dos outros, particularmente pelo fato de que essas percepções são constituídas com base em informações complexas, fornecidas por técnicos especializados (economistas, jornalistas econômicos, sociólogos, estatísticos, planejadores etc.), e que nos chegam via meios de comunicação. Ademais, tais informações são passíveis de uso político pelas autoridades estatais – o autor recorda a manipulação das informações sobre o desemprego e criminalidade durante os governos conservadores na Inglaterra. Loizos analisa, então, três fontes de informação e de processamento de informações sobre qualidade de vida veiculadas pela mídia e que são fundamentais na constituição da sociedade civil nas sociedades ocidentais: as informações estatís-

ticas, as interpretações analíticas oferecidas por colunistas e/ou especialistas, e as experiências e depoimentos pessoais, relevantes tanto na composição das matérias exibidas, quanto para a recepção que cada um fará das informações recebidas. Uma maior atenção em como estas fontes são articuladas e veiculadas pelas diferentes mídias é, na perspectiva do autor, uma importante contribuição para o fortalecimento da sociedade civil.

Os demais artigos desta coletânea referem-se a contextos bastante distintos dos países desenvolvidos do ocidente. Susanne Spülbeck enfoca em seu estudo o temor existente à prática de ações políticas (mesmo que triviais, como a ocupação dos cargos eletivos existentes) e as barreiras disso decorrentes à constituição de esferas públicas numa pequena comunidade da ex-Alemanha Oriental. Pode ser indicado como aspecto mais contundente deste artigo o papel da intervenção repressiva e de vigilância imposta pelo Estado tanto durante o período nazista quanto no período socialista através de sua polícia política (*Stasi*), indicada pela autora como central para se entender tanto o desmantelamento das organizações anteriormente existentes, como para criar padrões de comunicação calcados na desconfiança, na dissimulação e no não-comprometimento, responsáveis pela inviabilização da construção de novas instituições políticas locais.

O artigo de Micha Buchowski, um dos mais instigantes do livro, analisa a constituição da sociedade civil na Polônia, procurando compreender tanto o tipo de sociedade civil que está emergindo na Europa Central no período pós-comunista, e como esta relaciona-se com a ordem anterior, quanto a questão de como se dá a construção do conceito de sociedade civil num contexto bastante distinto daquele em que se originou. O argumento geral do autor, e acompanhando nisso a concepção desenvolvida por Chris Hann 1992, é que a definição tradicional da Ciência Política para a sociedade civil, enfocando a ausência ou a presença de grupos de interesse organizados e associações autônomas, é completamente inadequado. É preciso construir uma definição mais abrangente de sociedade civil do que a tradicional. Adaptando a noção foucaultiana de "governmentality", o autor entende que todas as formas de participação cotidiana em um amplo conjunto

de atividades sociais, direta ou indiretamente ligadas a questões orientadas ao Estado e mesmo que aparentemente triviais, como a participação numa liga de futebol amador, a conservação comunitária de praças ou o ensaio no coral comunitário, são atividades importantes para a constituição da vida associativa da sociedade. E que, poder-se-ia acrescentar, podem propiciar ensinamentos preciosos para outras atividades mais explicitamente políticas. Um dos aspectos mais instigantes da concepção de Buchowski de sociedade civil é que o autor inclui nesta categoria uma série de associações e laços estabelecidos por laços de parentesco, fundamentais enquanto mecanismos de proteção aos efeitos da crise e de controle do Estado. Mesmo que algumas destas atividades possam ser caracterizadas como “familismo amoral”, o autor não vê razões para excluí-las da noção de sociedade civil, já que elas fundamentam uma série de outras atividades associativas no edifício social. O autor elabora então, a partir desta concepção ampliada de sociedade civil, a noção de *sociedade cívica* para caracterizar mais especificamente os modos de associação que exercem pressão sobre o Estado. Questões como o desemprego, flexibilização das relações de trabalho e empreendedorismo perpassam o movimento de grande expansão da sociedade civil na Polônia no período pós-comunista. Paradoxalmente, esta expansão foi marcada por sinais de apatia social (revelada, por exemplo, na baixa participação dos poloneses nas eleições, que nunca ultrapassou a marca de 62% verificada na decisiva eleição de 1989). Em sua explicação para esta situação, o autor evoca a manutenção de três padrões de comportamento herdados do passado, associados tanto à recusa do modelo de organização social preconizada pelo regime comunista, à não aceitação das novas elites, e à identificação de que a família é a única esfera relevante para a auto-realização do indivíduo.

Seguindo o roteiro pelas sociedades pós-comunistas, o artigo de David Anderson nos leva para o norte da Sibéria, revelando, entre outros aspectos, a dificuldade com o uso de noções ocidentais como sociedade civil, cidadania, democracia e cultura em formações sociais bastante distintas, particularmente onde os estados comunistas estimularam o surgimento de determina-

reflexão mais acurada exatamente sobre as “instituições de mediação” entre as esferas, reinos, sociedades e subsistemas, observada por Anderson na obra de Arato e Cohen, constitui-se exatamente num dos principais espaços para a contribuição da Antropologia ao debate. O exemplo abordado por Anderson das fazendas coletivas, que no esquema de Arato e Cohen seriam concebidas estritamente como instituições da sociedade econômica, é ilustrativo desta reinterpretação antropológica das instituições de mediação, pois, na perspectiva do autor, elas devem ser entendidas não só como unidades de produção, mas também como espaços fundamentais de acesso a garantias cívicas individuais (salário, pensão, férias e outros direitos), à participação em questões políticas (estabelecimento de quotas, normas de trabalho e de produção) e mesmo a instituições do mundo da vida moderno (como clubes culturais, filmes, festivais etc.).

O artigo de Steven Sampson aborda a dinâmica de implementação de estratégias de “transição” para economias de mercado e *politics* democráticas desenvolvidas por organismos internacionais, instituições financeiras ocidentais, programas de ajuda externa, organizações humanitárias e outras ONGs. Esta “indústria da transição”, desenvolvida dentro da cerrada lógica de “projetos”, está sendo implementada em diversos países do Europa Central e do Leste e, poder-se-ia acrescentar, em boa parte do países em desenvolvimento. O autor enfoca o caso desta implementação na Albânia, e o faz do ponto de vista de um participante ativo deste processo de exportação de modelos, já que foi, como antropólogo, coordenador do projeto do governo dinamarquês para a implementação de “sociedade civil” na Albânia. Nesta posição, conviveu com um largo e diferenciado espectro de atores locais e estrangeiros interessados no tema da sociedade civil na Albânia. No “mundo dos projetos” convivem, entre outros, representantes das agências de fomento (como o Banco Mundial e a Fundação Soros, para citar algumas que atuam na Albânia), consultores, gerentes de projetos e demais operadores, além dos representantes governamentais e das ONGs locais. Um exemplo interessante desta interação relatado por Sampson é o caso da consolidação de uma ONG para resolver conflitos de san-

gue, as conhecidas *vendettas* de sangue, magnificamente retratadas pelo escritor albanês Ismail Kadaré em seu *Abril despedaçado*. Na experiência desta ONG, a racionalidade dos projetos significou o treinamento dos seus integrantes em técnicas de *negociação e resolução de conflitos*. Com pequenas variações, tal relacionamento segue o padrão em que os *ocidentais* estão desenvolvendo os *albaneses*, os conceitos dos primeiros estão tornando-se os projetos dos segundos, e os cientistas sociais de cá estudam os processos de transição de lá, independentemente do fato de que, como salienta o autor, a sociedade albanesa permaneça amplamente impenetrável ao observador estrangeiro. Pouco importa. O “mundo dos projetos” encontra seus interlocutores locais, em geral jovens, dinâmicos, empreendedores e que dominam o idioma inglês e a linguagem dos projetos, com isso acabando por reduzir a sociedade civil ao circuito das ONGs “modernas”.

Os artigos de Jenny B. White sobre a Turquia e o de Annika Rabo sobre a Jordânia e a Síria tratam das polêmicas questões envolvendo gênero, islamismo, sociedade civil e Estado. Os dois artigos salientam a importância de uma interpretação não essencialista do Islã (White, 144; Rabo, 157-160), capaz de se contrapor à vertiginosa necessidade da construção de um Outro (“*otherness*”), no qual o Ocidente possa espelhar suas glórias e riquezas. A incompatibilidade entre o Islamismo e a sociedade civil, advogada por uma parcela influente de *scholars*, entre os quais Samuel Huntington, decorre tanto de uma generalização indevida de características autoritárias e de discriminação contra mulheres e minorias presentes em alguns estados do Oriente Médio, quanto de uma interpretação da aspiração do Islã em determinar os critérios sob os quais as pessoas, a sociedade e o Estado devem se comportar (White: 145). Como afirma Annika Rabo (op. cit. 157), o mundo islâmico é sempre apresentado como que *faltando* algum componente entre comandantes e comandados, entre o Estado fundamentalista e a família.

Em seu estudo sobre a sociedade civil na Turquia, White argumenta que uma das importantes raízes desta interpretação assenta-se na recente utilização do conceito de sociedade civil para diferenciar os estados de acordo com seu potencial para a

democracia e a civilização, tendo-se como unidade de medida a racionalidade e o individualismo para distinguir entre sociedades “individualistas civilizadas” e “coletivistas bárbaras” (White: 147). A concepção “clássica” de sociedade civil seria, segundo White, pouco tolerante para com as formas de associação calcadas em éticas religiosas, etnias, relações “privadas” de parentesco e de clã, ou sobre lealdades “populares” comunitárias ou regionais. Por captar tão-somente as formas de associação praticadas por uma elite ocidentalizada, esta concepção por força excluiria as mulheres, interpretadas como imersas no reino “privado” da família antes do que como cidadãs livremente associadas e atuantes nos movimentos sociais. O estudo etnográfico de White sobre a constituição de uma rede de escolas de ensino profissionalizante para mulheres em Istambul identifica nesta experiência a constituição de uma forma de associação que não foi constituída nem nos moldes da sociedade civil liberal, nem por laços religiosos ou étnicos, mas com base em princípios de reciprocidade informal (não-contratual e não-monetizados) com o objetivo de exercer pressões sobre o Estado e melhorar as condições de vida na comunidade.

O artigo de Annika Rabo traz novos aportes sobre a diversidade existente nos países árabes, contrastando as relações entre gênero e Estado na Síria, governado desde 1963 pelo Partido Ba'th de ideologia pan-árabe socialista, e na Jordânia, comandada desde a sua independência, reconhecida pelos britânicos em 1946, pela dinastia do rei Abdallah, sucedido por seu neto Hussein, em 1952. Afora uma série de distinções entre as formações sócio-políticas destes dois países, a autora salienta que em ambos as mulheres continuam a pagar um alto preço pelas contradições entre *patriarcalismo estatal*, mais próximo ao modelo da Jordânia, em que a participação das mulheres é considerada a partir da estrutura familiar patriarcal, e o *feminismo estatal*, mais próximo ao modelo da Síria, em que a ideologia do partido Ba'th preconiza que homens e mulheres têm obrigações políticas através de seus laços com o Estado. A constante atração por um modelo abertamente patriarcal que se verifica em diversos países do Oriente médio, decorrente, na concepção da autora, tanto da aguer-

rida ideologia de lideranças religiosas quanto das falhas na implementação de modelos “não-islâmicos”, “não-tradicionais” ou “ocidentalizados”, pode gerar a situação em que a criação de uma sociedade civil “ampliada”, tendo por base a família patriarcal, paradoxalmente, acabe por aumentar os ônus práticos e simbólicos para as mulheres.

Os três artigos finais do livro tratam de contextos asiáticos. O artigo de Leo Schmit, provavelmente o estudo menos antropológico da coletânea, enfoca a relação entre sociedade civil e Estado na Indonésia, dando ênfase ao papel da nova estratégia de desenvolvimento, a chamada *Nova Ordem*, desenvolvida a partir de 1993, durante o sexto mandato do Presidente Soeharto (no poder desde 1968). De acordo com o autor, este modelo de governança “autêntica” (no sentido de autóctone), preconiza a combinação de duas estratégias: de um lado, o estímulo ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas como forma de proporcionar participação econômica como suporte à participação política “responsável”, mesmo que em detrimento dos grandes conglomerados econômicos; de outro, a estratégia de compartilhar o processo decisório das políticas até então centralizado nas elites tecnocráticas nacionalistas, para um processo decisório, denominado de *conferência nacional*, baseado no princípio do consenso em que especialistas e intelectuais têm espaço para formular suas recomendações. Segundo o autor, a competição entre os especialistas não é assentada na busca de legitimidade popular, mas em capacidades para resolver problemas e alocar recursos. A estratégia da *Nova Ordem* tem por base os princípios da ideologia nacional *Pancasila*, um conjunto de fundamentos que os cidadãos e as instituições indonésios devem seguir. Como salienta o autor, esta estratégia, não isenta de riscos, conta com o suporte do Banco Mundial, que reconheceu a necessidade de apoiar um modelo “alternativo” de desenvolvimento sustentável calcado na expansão da sociedade civil via fortalecimento do mercado e o suporte das elites decisórias por meio das *conferências nacionais* com outros especialistas e intelectuais.

John Flower and Pamela Leonard abordam em seu artigo as relações entre sociedade civil e Estado na província de Sichuan, na

China, e o fazem a partir de sua experiência como representantes de uma ONG norte-americana, cuja ação em todas as regiões rurais dos países em que atua é marcada pela doação de um pequeno rebanho para os camponeses, com a expectativa que eles apresentem algum de seus vizinhos com uma fêmea procriada. É interessante notar que a prática do *passing on the gift* buscada pela ONG encontra-se na província de Sichuan, de um lado com a tradição milenar chinesa do *guanxixue* (a arte das relações sociais), que tem como uma de suas principais expressões o envio de presentes em datas e momentos especiais, e de outro, com a racionalidade dos agentes estatais, que, como condição para a atuação da ONG na China, imprimiram um perfil mais “moderno” à prática, transformando o presente num empréstimo, convertido num valor monetário, a ser devolvido pelo campesino dentro de dois anos. Segundo os autores, esta intervenção, aliada à desconfiança dos camponeses para com os agentes estatais, trazem problemas para a implementação do projeto, distorcendo completamente os seus objetivos. Por outro lado, como salientam os autores, a tradição de dar presentes envolve também os funcionários públicos, já que se insere em tradições de identidade comunitária articuladas pela memória, nas quais os funcionários também são integrantes. Por esta e outras razões, os agentes públicos (Estado) e a sociedade são representados na China como partes constitutivas da sociedade civil, que deve ser entendida, sugerem os autores, como uma *metáfora descrevendo um fórum ou um espaço de interação social*, e não como instâncias rigidamente constituídas e separadas. Ademais, outra importante lição que emerge do estudo sobre a China é que laços afetivos *tradicionais* podem não apenas engendrar a constituição da sociedade civil como, em alguns casos, ser preferidos em relação a práticas monetizadas.

Por fim, o artigo de John Knigth aborda o debate sobre as relações sociedade civil e Estado numa região montanhosa do Japão rural. Como se sabe, este país passou por um surpreendente processo de desenvolvimento econômico capitalista (para muitos analistas, fortemente comandado pelo Estado), mantendo, contudo, importantes características de suas tradições, como os princípios da estabilidade vitalícia no emprego e o respeito aos

idosos, estranhos à fria lógica da acumulação capitalista ocidental. Ao lado deste processo essencialmente urbano, as regiões rurais foram ameaçadas com o esvaziamento populacional e a marginalização econômica. Em largos traços, este é o cenário em que Knight desenvolve seu estudo etnográfico. O enfoque do autor parte do reconhecimento de um aspecto importantíssimo nas relações Estado e sociedade civil, qual seja, a pluralidade institucional existente em ambos. O Estado, além de ser composto por diferentes agências, é constituído por diferentes níveis de governo (nacional, regional, local), cada qual construindo um padrão de interação com a sociedade, que, por sua vez, também é diversamente constituída e atuante. Tendo estas distinções em mente, o autor aborda o *entrelaçamento* entre as ações do poder público local e a sociedade civil numa comunidade japonesa, Motomiya, marcada pelos processos de declínio mencionados anteriormente. Para abordar este entrelaçamento, o autor analisa os relatos de dois integrantes da comunidade, com perfis bastante distintos, sobre como eles interpretam as ações do governo local visando promover novas formas de solidariedade coletiva como mecanismo de desenvolvimento social. O autor demonstra que, apesar das duas interpretações serem bastante divergentes entre si, elas convergem por serem moldadas por valores distintos aos do modelo individualista-liberal.

O diálogo que a maioria dos artigos que compõem o livro estabelece com os três usos bastante comuns da sociedade civil, como *slogan*, um emblema dotado de poder “mágico”; como um conceito analítico, com referentes concretos que podem ser investigados por pesquisa empírica; e como um conceito normativo, uma visão distintiva de uma ordem social desejável (Adam Seligman 1992, Apud Hann 1996:3), possibilita a emergência de uma percepção mais abrangente de sociedade civil, e ao mesmo tempo menos demarcada por fronteiras rígidas que o cientista social pode definir a priori, a partir de um modelo de aplicação universal. A tensão entre universalistas e relativistas presente no livro, conforme indicada por Chris Hann, parece não ter sido tratada com a utilização de um modelo universal como unidade de medida para verificar sua presença ou ausência nas sociedades

estudadas; antes, os estudos, em sua maioria, procuraram ter uma perspectiva mais *inclusiva* da noção de sociedade civil, buscando compreendê-la em seus microfundamentos, nas diferentes idéias, costumes e práticas que possibilitam e problematizam as questões de cooperação, confiança e “accountability” com que todas as associações humanas se defrontam.

Outra característica relevante dos estudos que compõem o livro é a recusa constante de uma concepção essencialista, seja do Estado ou da sociedade civil, seja das esferas pública e privada, em que as fronteiras entre um(a) e outro(a) podem ser claramente delimitadas. Onde começa um e termina o outro parece ser uma questão menos relevante do que a *qualidade da relação* mantida entre sociedade civil e Estado. Ao mesmo tempo em que, como diversos estudos exploraram, é necessário levar a sério a reflexão sobre o Estado, o enfoque adotado no livro procura explorar o *entrelaçamento*, as interações, o espaço *entre* sociedade civil e Estado. Neste sentido, a perspectiva adotada pelo livro procura destacar como aspecto fundamental nas reflexões sobre o tema da sociedade civil a investigação do amplo conjunto de práticas informais que perpassam as relações interpessoais e associativas. Seguindo-se esta perspectiva, não se pode deixar de fora da análise aspectos como as tradições culturais, religiões, relações de gênero, padrões de intervenção do Estado, movimentos ideológicos, relações de trabalho, relações étnicas e identidades políticas, para citar alguns dos mais importantes na composição qualitativa das sociedades civis, perpassados eles próprios por conflitos e movimentos contraditórios.

A abordagem antropológica do livro traz, portanto, novos e significativos aportes para um enfoque verdadeiramente interdisciplinar sobre a sociedade civil. A constatação de algumas ausências importantes no livro, como por exemplo reflexões sobre aspectos relacionados às classes e ao mundo do trabalho na constituição das sociedades civis, a reflexão sobre a relevância das decisões que estão ao alcance das sociedades civis (plantada pelo debate entre os teóricos críticos do elitismo e os pluralistas, na Ciência Política) e estudos que abordem outras regiões do mundo, como a América Latina e a África, não devem servir como

desestímulo ao leitor, ao contrário, devem ser interpretados como um desafio e uma indicação de que o debate sobre o tema está aberto a contribuições.

Referências bibliográficas

COHEN, J. and ARATO, A. (1992). *Civil Society and political theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

FORTES, M. and EVANS- PRITCHARD, E. (Eds.) (1940) *African Political Systems*, London: Oxford University Press.

GERTZ, C. (1980) *Negara: The theatre State in Nineteenth Century Bali*, Princeton: Princeton University Press.

HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública – Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio Kothe. Tempo Brasileiro.

_____. (1987) *Teoría de la acción comunicativa*. Vol I e II, Taurus Editora, 1 ed. esp.

_____. (1996a) “Further reflections on the public sphere”. In CALHOUN, Craig (Ed.) *Habermas and the public sphere*. The MIT Press, p. 421 – 479.

_____. (1996b) “Three normative models of democracy”. In BENHABIB, Seyla (Ed.) *Democracy and difference – Contesting the boundaries of the political*. Princeton University Press, p. 21-30.

_____. (1999) “Popular sovereignty as procedure” . In BOHMAN, James and REHG, Willian (Eds.). *Deliberative Democracy – Essays on reason and politics*. The MIT Press, p. 37-66.

HANN, Cris (1992). “Civil society at the grassroots: a reactionary view”. In P. G. Lewis (Ed.), *Democracy and civil society in Eastern Europe*. London: St Martin’s Press, p. 152-65.

MOUFFE, Chantal, Deliberative democracy or agonistic pluralism? *Social Research*, v. 66, n. 3, 1999, 745-914.

SELIGMAN, Adam. (1992) *The idea of civil society*. New York: The Free Press.